

Religiões e Democracia é um espaço que se propõe a refletir as relações entre a religião e a democracia. A ideia é trabalhar a temática com o auxílio de perguntas feitas a lideranças religiosas, teólogos e teólogas, cientistas da religião e de outras áreas do conhecimento. Convidamos vocês para lerem as entrevistas e manifestarem opiniões. Sempre em um espírito de diálogo e respeito às ideias. Saiba mais em www.conic.org.br. Boa leitura.



Fábio Py - Doutor em Teologia

1) De que modo nas religiões podem contribuir para o aprofundamento da democracia?

Em algumas das discussões da mídia oficial brasileira tem se atrelado a democracia à calmaria social, especificamente, como uma política de “Paz” social. No discurso de (certos) setores sociais passa-se a impressão que a democracia seria a verdadeira beneficiária com a acomodação pacífica no território. Mas, esse dado parece tão ingênuo quanto o trabalho de Hans Küng sobre projeto de ética mundial quando compreende que “Não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões. Sem paz entre as religiões não haverá diálogo entre as religiões” (Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. São Paulo: Paulinas, 1993, p.7). Küng dá a impressão de que simplesmente as religiões devem traçar caminhos para construção da “Paz”.

Eu cá, latino-americano, implicado até os poros com as desigualdades, acredito, na linha do rapper paulista Criolo, que a rezadeira do bairro é mais importante que qualquer doutor ou artista “Têm o mesmo valor que a benzedeira do bairro. Disse que não ali o recém formado entende” - verso da musica Sucrilhos (CD: Nó na orelha). Digo isso porque percebo que toda demanda mais estrutural das religiões esta devidamente implicada, em maior grau, ao capitalismo e seu status quo – como Marx nos avisou. Assim, o único caminho das religiões seria da descentralização, da valorização da autonomia das pessoas. Um movimento das religiões ‘de baixo’: mistura ao modus latino-americanos - africanos, imigrantes, ilegais, heterodoxos, indígenas... Apelo de uma organização descentralizada na resistência e atuação contra a lógica meritocrática moderna – fórmula que pode firmar a construção da “Paz”. Nisso,

sejamos realistas. Não existe qualquer possibilidade de “Paz” no meio das desigualdades do Mundo – creio que esse seja o problema central da ética moral e ecumênica de Hans Küng. Qualquer discurso, como esse parece ser refém do espectro de uma “Paz” burguesa, branca, eurocêntrica e heteronormativa que não critica a coisificação do homem/mulher modernos. Portanto, para que se aprofunde a democracia se deve construir um projeto de “Paz” que venha abolir o medo, a falcatura, a injustiça.

Esse é o projeto de paz concebido por Martin Luther King, negro americano, debruçado sobre as lutas sociais. Por outro lado, a percepção de “Paz” ecumênica das grandes instituições internacionais é filha do placebo europeu de lindas rosas compradas pelos ricos que pisoteiam os demais continentes a custo das escravidões modernas. Afinal, as chibatadas seguem arrancando os sangues dos negros, dos indígenas, das mulheres, dos latinos-americanos. Concordo com Giorgio Agamben (*Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*, Belo Horizonte: UFMG, 2010): quando indica o fraco processo político da democracia atual, pois se alicerça apenas na votação em míseros comparecimentos às urnas de, no máximo, uma vez ao ano, como dever cívico. Para ele, isso seria uma falseação do político, na verdade, é uma face da despolitização - pois, a política democrática deveria ser um exercício mais amplo, diário. Percebo que o projeto de “Paz” democrática é, sobretudo, uma demanda em disputa, implicado entre a luta de classe/raças/etnias. Novamente, a única chave de “Paz”, verdadeiramente democrática das religiões (se ocorrer), seria ‘a partir de baixo,’ obrigatoriamente, convergindo a corrosão dos pilares que sustentam esse Mundo. São as mesmas vigas e pilares que mantêm os EUA, Canadá, Brasil e a Austrália (com seus projetos imperialistas) e a Europa (sob mentalidade colonizadora). A única “Paz que a vida me diz” (verso d’O Rappa) deveria questionar o capitalista e aplicar-se no horizonte de experimentações combativas para sua impossibilidade.

2) Algumas religiões acreditam que a democracia é incompatível com aquela fé. Como lidar com isso?

É uma longa discussão se o monoteísmo poderia ser integralmente contra violência, uma vez que, opera, desde sua formação por meio da prática da “violência simbólica” aproveitando-se (englobando) de ritos locais/particulares (Pierre Bourdieu, *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo: Perspectiva, 2001). Penso que embora nos encontros ecumênicos se condicione a identificação de uma tradição religiosa a cada sujeito, se é urgente que o religioso monoteísta caminhe no encontro de outra forma religiosa, exercendo uma ‘dupla pertença’ religiosa - como aponta Faustino Teixeira no livro *Buscadores cristãos no diálogo com o Islã* (São Paulo:

Paulus, 2014). Isso significa, na prática, uma relativização do discurso religioso adestrador do centro religioso, repleto de regras, princípios e obrigações. Interessante que essa forma não se distancia da fluidez evangélica quando sua parcela de fiéis freqüentam, por exemplo, a igreja metodista aos domingos, mas durante a semana, participam de celebrações da igreja Universal, da Sara Nossa Terra, ou, até, alguns, falam com divindades nas celebrações umbandistas. Penso que, aos praticantes dos monoteísmos (cristãos, judeus e muçumanos) assumir a 'dupla-pertença' deve ser um bom caminho para o diálogo tanto para o sentido pessoal até para convívio social. O que, obrigatoriamente, traz dificuldades para estruturais religiosas (dos credos e dos líderes religiosos centralizadores), pois, seus fiéis assumiriam uma lógica de relativização das crenças religiosas. Contudo, entendo que não existe caminho religioso de aprofundamento democrático no Brasil atual, sem o questionamento das instituições eclesiais, porque mesmo Giorgio Agamben avisa, em tom denunciativo sobre as máquinas religiosas: "*O centro da máquina governamental está vazio*" (*Reino e glória*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p.65). Enfim, voltando diretamente á questão, se na história da igreja cristã se busca silenciar as religiosidades particulares esse dispositivo constitui-se por um resquício de intolerância ativado explicitamente num dispositivo antidemocrático.

3) No Brasil, expressões religiosas, sobremaneira cristãs, se apossam cada vez mais dos espaços públicos e conquistando grandes representações no Congresso Nacional. Como avalia esse fenômeno?

De fato, os atores sociais que vêm assumindo cargos públicos têm pautas bem preocupantes em relação á democracia, uma vez que originalmente confundem sua vivencia religiosa (particular – religiosa – cristã) como *modus* de representação política do todo. Embora, também seja verdade, que alguns desses atores busquem na arena política amenizar o discurso religioso (diferente do que se afirmava entre as décadas de 1980-1990 pela linha da sociologia em: Pierucci, "Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte". *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, 11, 1989, p. 104-32; e Pierucci e Mariano, "O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor", *Novos Estudos Cebrap*, 34, 1992, p. 92-106), contudo, mesmo assim, é clara a vontade de incrementar as pautas conversadoras, como que ocorreu na questão do dia contra "cristofobia" em São Paulo. Esses setores evangélicos e católicos, de fato, levam a sério o termo "violência simbólica" oficial e política no Brasil, mais, preocupante ainda, é que o Congresso atual é o mais conservador da história recente do Brasil, representada pelo segmento segregado apelidado de bancada Bala, Bíblia e Boi – BBB (Marco Aurelio Nogueira, "Esgotamento de um ciclo político", V.V.AA. *Esgotamento de um ciclo*, São Paulo: Fundação Astrijildo Pereira, 2015). Portanto, a tendência é de cada vez mais aumentar

as resistências para o reconhecimento positivo da diversidade e da pluralidade apreciável nas geografias democráticas. Ao mesmo tempo, nas palavras de Walter Benjamin (no seu: *As teses sobre o conceito de história*) ao analisar o avanço do fascismo/nazismo na Europa, percebe que ele ocorreu mediante a falta de construção de alternativas da esquerda. Assim, questiono os erros trilhados pelas tendências mais progressistas ao sucumbir ante ao projeto intolerante. Acredito que o crescimento da agenda conversadora mostra a incompetência dos segmentos progressistas brasileiros, mas, mesmo assim, não se pode perder de vista que a resistência no mundo virulento capitalista é fundamental. Para se reverter esse quadro de projetos intransigentes deve-se construir pautas para avançar em direitos. Sem articulação, a bancada BBB seguirá tendo êxito político, espalhando seu ódio nas linhas dos projetos de lei – encarnados por seu pavor pelo *outro*.

4) As religiões de matriz africana, por outro lado, estão pouco representadas. Como você interpreta isso?

Historicamente, os africanos estão exilados nas terras brasileiras desde a colonização como escreveu Adbias Nascimento (*O Quilombismo*, Petropolis: Vozes, 1980). Como qualquer exílio nos tempos modernos a culpa a *priori* seria do capitalista e do capitalismo que chegou ao território brasileiro, no nosso caso com a Companhia das Índias Orientais, que, por seu aparato altamente desenvolvido, conseguiram sufocar as pressões contra-colonizadoras locais. Pela força da metrópole os movimentos de contestação foram dispersos e pouco sistêmicos (como demonstram os brasilianistas Jacob Gorander, Theo Pinheiro, João Fragoso,...). É importante dizer que o que se apostou no Brasil, no período da colonização, foi o de melhor que tinha na Europa - sinal disso é o tamanho do território mantido pelo Brasil desde a colonização. Assim, a pauta sobre as matrizes africanas implicadas na cultura brasileira sempre foram pouco reconhecidas. É por isso que obrigando, recentemente, incluiu-se nas escolas básicas o estudo da história africana. Da mesma forma, muito recentemente se fortaleceram as organizações dos movimentos negros, que articularam e reivindicaram as cotas nas universidades, trazendo à valorização da cultura africana. Nesse sentido, assume-se que a questão das cotas não são o início nem o fim desse processo: mas apenas um meio de afirmação/visibilidade aos que foram explorados desde a formação brasileira. Logo, infelizmente, embora o Brasil, seja um país de maioria negra e parda, suas religiões e expressões culturais não estão representadas como deveriam nas cenas oficiais. É por isso, que precisam ser incentivadas e apoiadas, inclusive, para que sejam fortalecidas suas representações oficiais, até, quando se tenha a igualdade em termos de representação nos locais oficiais. Por isso, se diz que a estrutura social brasileira é

diretamente ligada ao racismo, algo tão enraizado na cultura que se disfarça na contratação de pessoas e instituições (como se denuncia Florestan Fernandes, 1965: *A integração do negro na sociedade de classes [para o Brasil]*; e também, Frantz Fanon no racismo mundial, *Os condenados da terra*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968). Penso que inicialmente o fortalecimento do movimento negro ocasionará, aos poucos, a maior identificação de forma menos depreciativa de sua expressão religiosa nos espaços políticos oficiais.

5) É comum utilizar a bíblia para legitimar e justificar posturas antidemocráticas. É possível identificar possíveis iluminações bíblicas que contribuiriam para fortalecimento da democracia e para a valorização das diversidades?

Ah sim! A leitura popular da Bíblia vem desenvolvendo inúmeras chaves de leituras bíblicas a partir da vida e das lutas da América Latina. Vale a pena investir tempo na leitura dos autores clássicos dessa leitura, por exemplo: Carlos Mesters, Milton Schwantes, Alessandro Gallazzi, Mercedes Lopez, Nancy Cardoso Pereira, Ildo Bom Gass e etc. São autores que, de alguma forma, tentam a partir do conhecimento das críticas históricas da pesquisa bíblica, praticar uma leitura do sagrado fora da leitura viciada e fundamentalista. Penso que, até nas atividades do que vem se desenhando na disciplina do Ensino Religioso, deve-se ter um tópico (não tão destacado) de uma formação desse tipo, uma vez que, por sermos um país de maioria cristã, a argumentação dos estudantes é influenciada pela lógica de interpretação da Bíblia, oferecida nas comunidades religiosas. Claro, no Ensino Religioso, isso não pode ser prioridade, mas é uma demanda que, ao longo do tempo, merece ser discutida. Voltando à arena pública, a partir de um forte segmento da bancada evangélica, se propôs (e se fundamentou) um projeto de lei para redução da maioria penal no Brasil, textos bíblicos foram utilizados para justificar a redução da maioria penal. Ocorre que não houve o mínimo de questionamento da utilização de textos a partir do contexto, ou então, não se pensou em textos que problematisassem, por dentro, tal costura fundamentalista-cristã. No caso, questiona-se porque não se separou na própria Bíblia hebraica, textos como 2 Reis 22 que trata do reinado de Josias, que segundo a história literal bíblica, tornou-se rei muito cedo. Só assumiu o reino de Judá a partir dos 18 anos sofrendo a intervenção do “povo da terra”, pois por ser novo não teria condições de assumir tal responsabilidade (Shigeyuki Nakanose, *A Páscoa de Josias*, São Paulo: Paulinas, 2001). O que estou dizendo é que a leitura popular da Bíblia, nos moldes dialogais e ecumênicos, torna-se um eixo central para marcar posição diante do fundamentalismo. Até porque, em certos momentos, é importante cerrar posições. Para isso, é necessário um mínimo conhecimento da leitura e do histórico das leituras bíblicas, a fim de poder argumentar na própria “estrutura de sentido” (Pierre Bordieu, *A economia das trocas*

simbólicas, São Paulo: Perspectiva, 2001) fundamentalista relativizando suas certezas. A leitura popular da Bíblia seria uma forma mais encarnada, plural, logo, mais democrática para a trilha da valorização do humano no meio da diversidade.

Biografia:

Fábio Py - Pós-Doutorando em Ciências da Religião pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião (PPCIR) da UFJF, doutor em teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com estágio sanduíche no Centre d'études Interdisciplinaires des Facts religieux (CEIFR), no École des Hautes em Sciences Sociales (EHESS). Professor da Universidade Candido Mendes estuda as implicações da Fé e Política na América Latina. Atua como colunista do site Caros Amigos nos temas de Religião, Movimentos Sociais e Direitos Humanos.